

Atuale Participações S.A.

CNPJ/MF nº 33.150.769/0001-45 - NIRE 35300618521

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de novembro de 2025

**1. Data, Hora e Local:** Aos 14 dias do mês de novembro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **Atuale Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Rodovia Dom Pedro I, Km. 73, s/n, anexo I, Bairro Jardim Kanimar, Atibaia, SP, CEP: 12.954-260. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em virtude da ciência de todos os acionistas a respeito da convocação e por estarem presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. André Roberto Fernandes Novelli e secretariados pelo Sr. Estevan Taguchi. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** o aumento do capital social da Companhia; **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **5. Deliberações tomadas por unanimidade:** Após aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário, resolveram os acionistas, sem qualquer oposição, ressalva, restrição ou protesto dos presentes, o quanto segue: **5.1.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$ 57.100.000,00 (cinquenta sete milhões e cem mil reais), para R\$ 72.831.499,12 (setenta e dois milhões, oitocentos e trinta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e doze centavos), um aumento, portanto, no valor de R\$ 15.731.499,12 (quinze milhões, setecentos e trinta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e doze centavos), em moeda corrente nacional, e de R\$ 72.831.499,12 (setenta e dois milhões, oitocentos e trinta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e doze centavos), dividido em 110.833.194 (cento e dez milhões, oitocentas e trinta e três mil, cento e noventa e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,66 (sessenta e seis centavos) por ação. **5.1.1.** A totalidade das 1.108.332 (um milhão, cento e oito mil, trezentas e trinta e duas) novas ações ordinárias são subscritas, neste ato, pelo Sr. **Carlos Giuseppe Donaire**, brasileiro, convivente, maior, nascido aos 19 de fevereiro de 1977, gestor industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.889.224-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 258.218.628-76, residente e domiciliado na Avenida Coronel Teixeira, nº 1471, Apto. 102, CEP: 69037-000, Bairro Ponta Negra, na cidade de Manaus, AM, de acordo com os termos e condições previstos no Boletim de Subscrição que integra a presente ata como **Anexo II**, com a expressa anuência e renúncia ao direito de preferência dos acionistas André Roberto Fernandes Novelli, Leonardo Fontaneti Marino, Maria Luíza Fontaneti Marino, André Fontaneti Marino, Henrique Fontaneti Marino, Pedro Augusto Sampaio de Abreu e GEF Latam Climate Solutions Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. **5.1.2.** Tendo em vista a deliberação tomada no item 5.1. acima, fica alterado o caput do Artigo 4.º do Estatuto Social da Companhia, que passa a ter a seguinte nova redação: "Art. 4.º Capital Social. O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ R\$ 72.831.499,12 (setenta e dois milhões, oitocentos e trinta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e doze centavos), dividido em 110.833.194 (cento e dez milhões, oitocentas e trinta e três mil, cento e noventa e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a voto. **5.2.** Aprovar a adaptação e reforma do Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações aprovadas no item 5.1 acima. O Estatuto Social da Companhia se encontra consolidado e integra a presente ata nos termos do **Anexo I 5.3.** Aprovar a distribuição, até 31 de dezembro de 2028, proporcionalmente à participação acionária detida pelos acionistas no capital social da Companhia, do valor de R\$ 7.424.010,00 (sete milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, e dez reais), existente na conta de "reserva de lucros" do Balanço Patrimonial da Companhia datado de 31 de dezembro de 2024. **5.4.** Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na presente assembleia. **6. Encerramento:** Esgotada a ordem do dia e, como ninguém mais fez uso da palavra, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos, suspendendo a sessão, solicitando ao Sr. Secretário que procedesse à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a ata lida e, achada conforme, por todos assinada. **Mesa:** André Roberto Fernandes Novelli, Presidente; Estevan Taguchi, Secretário. **Acionistas Presentes:** GEF Latam Climate Solutions Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (representado por GEF Brasil Investimentos Ltda.), André Roberto Fernandes Novelli, Leonardo Fontaneti Marino, Maria Luíza Fontaneti Marino, André Fontaneti Marino, Henrique Fontaneti Marino e Pedro Augusto Sampaio de Abreu. Atibaia, 14 de novembro de 2025. JUCESP nº 436.609/25-3 em 23/12/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. Capítulo I. Denominação, Duração, Regência, Sede e Objeto. Art. 1.º.** Denominação, Duração e Regência. A Atuale Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado ("Companhia"), com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste estatuto social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais aplicáveis, em especial, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das S.A.") e pelo Acordo de Acionistas datado de 29 de junho de 2023, arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas"). **Art. 2.º.** Sede e Filiais. A Companhia tem sede e domicílio na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, Rodovia Dom Pedro I, Km. 73, s/n, Anexo I, Bairro Jardim Kanimar, CEP: 12954-260, podendo abrir, transferir ou extinguir filiais, agências, escritórios e outros estabelecimentos, bem como representações, no país ou no exterior, por deliberação dos sócios representando a totalidade do capital social. **Art. 3.º.** Objeto. A Companhia tem como objeto social: **(i)** participar e controlar outras sociedades, exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios das empresas do grupo (CNAE 6462-0/00); **(ii)** a administração de participações em outras sociedades (CNAE 6463-8/00); **(iii)** a administração de bens próprios e de participações em outras sociedades (CNAE 6463-8/00); e **(iv)** a compra e venda de participações societárias. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Art. 4.º.** Capital Social. O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 72.831.499,12 (setenta e dois milhões, oitocentos e trinta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e doze centavos), dividido em 110.833.194 (cento e dez milhões, oitocentas e trinta e três mil, cento e noventa e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a voto. **Parágrafo Único.** Cada ação confere a seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Art. 5.º.** Propriedade sobre as Ações. A propriedade das ações é comprovada pela inscrição do nome do acionista titular de cada uma no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Parágrafo Único.** As transferências de ações de emissão da Companhia deverão observar os termos e condições estabelecidos em lei, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, sob pena de as transferências serem consideradas nulas e canceladas. **Art. 6.º.** Partes Beneficiárias. É vedada à Companhia a emissão de quaisquer partes beneficiárias e é vedado a qualquer acionista obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, tais como fianças, avais ou garantias não relacionadas com seus negócios, bem como receber de terceiros qualquer vantagem pessoal, direta ou indireta, em relação à Companhia. **Capítulo III. Assembleia Geral. Art. 7.º.** Periodicidade. Os Acionistas reunir-se-ão em assembleia geral ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e competências as prescrições legais pertinentes, o Acordo de Acionistas e as disposições do presente Estatuto Social. **Art. 8.º.** Convocação, Instalação e Demais Formalidades. As assembleias gerais da Companhia serão convocadas de acordo com o previsto na Lei das S.A., isto é, em primeira convocação, com prazo mínimo de 8 (oito) dias de antecedência e, em segunda convocação, em 5 (cinco) dias de antecedência, após a não instalação em primeira convocação, respeitadas as exceções previstas no Acordo de Acionistas. **§ 1º** As assembleias gerais serão instaladas e presididas pelo presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração escolhido por ele. O presidente da assembleia deverá indicar, entre os presentes, o secretário. **§ 2º** Exceto quando o presente Estatuto Social ou a lei aplicável exigir um percentual maior, o quórum necessário para a instalação de qualquer Assembleia Geral corresponderá ao estabelecido no Acordo de Acionistas. **§ 3º** Independentemente das formalidades previstas na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, será considerada regular a convocação de Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas da Companhia. **§ 4º** Sem prejuízo do disposto acima, a Assembleia Geral seguirá todas as normas e procedimentos relativos à convocação, instalação e deliberação estabelecidos na Lei das S.A., neste Estatuto Social e em Acordo de Acionistas. **Art. 9.º** Em regra, salvo disposição legal ou do Acordo de Acionistas, que possa prever quóruns especiais de aprovação de determinadas matérias, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por voto de titulares de ações que representam a maioria do capital social votante da Companhia, não se computando as abstenções e os votos em branco. **I** - As matérias a seguir indicadas deverão ser obrigatoriamente submetidas à deliberação em Assembleia Geral e dependerão do voto afirmativo do acionista investidor (definido no Acordo de Acionistas) enquanto detiver 15% (quinze por cento) do capital social votante da Companhia: **a)** aprovar alteração do Estatuto Social da Companhia e de suas Controladas que altere o objeto social, com vistas a incluir ou excluir atividades que sejam indispensáveis para a condução dos negócios da Companhia; **b)** aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir, votar e aprovar as demonstrações financeiras; **c)** fixar a remuneração global anual dos membros do conselho de administração e da diretoria; **d)** criar ações preferenciais, criar ou aumentar classe de ações preferenciais ou de ações ordinárias; **e)** alterar as preferências, vantagens e/ou condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações, ou criar classe mais favorecida; **f)** autorizar os administradores a declarar falência ou requerer a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; **g)** aprovar a liquidação e dissolução da Companhia desde que haja recomendação por terceiros especialistas independentes; **h)** aprovar a participação pela Companhia em grupo de sociedades, desde que em conformidade com os arts. 265 a 277, da Lei das Sociedades por Ações; **i)** aprovar a emissão, resgate, recompra ou criação pela Companhia de quaisquer títulos ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia; **j)** deliberar sobre a destinação dos lucros da Companhia e aprovar a distribuição de dividendos, observado o dividendo mínimo obrigatório e o disposto no Acordo de Acionistas; **k)** deliberar sobre a criação ou alteração de planos de opção de compra de ações (stock options) que importem em uma diluição superior a 50%/(cinco por cento) do capital social da Companhia; **l)** deliberar sobre a alocação e concessão dos benefícios no âmbito do Plano de Incentivo; e deliberar sobre qualquer operação de fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária ou consolidação de negócios da Companhia. **Capítulo IV. Administração. Art. 10.º.** Órgãos da Administração. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, conforme as atribuições previstas em lei, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia. **Seção I. Conselho de Administração. Art. 11.º** O Conselho de Administração será composto por até 4 (quatro) conselheiros efetivos, residentes no país ou não, eleitos pela assembleia geral de acordo com os termos do Acordo de Acionistas, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, observado o disposto no §2 do artigo 146, da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos lavrados em livro próprio, estando dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até a posse de seus sucessores. **Art. 12.º** Reuniões. O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente por convocação do presidente do Conselho de Administração ou a qualquer momento por meio de solicitação, por escrito, de qualquer um dos conselheiros. Referida solicitação, na medida do razoável, será entregue concomitantemente à Companhia e aos demais membros do Conselho de Administração. **§ 1º** As convocações para as reuniões do Conselho de Administração serão encaminhadas para todos os conselheiros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, mediante transmissão de aviso escrito, por e-mail com aviso de leitura e recebimento, observadas as disposições do Acordo de Acionistas. **§ 2º** O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração observará as regras dispostas no Acordo de Acionistas. **§ 3º** Exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas, as decisões das reuniões do Conselho de Administração deverão o ser tomadas pela maioria dos votos dos membros eleitos. **Seção II. Diretoria. Art. 13.º.** Composição, Eleição e Posse. A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, todos residentes no Brasil, sendo um necessariamente o Diretor Presidente e um o Diretor Financeiro, e os demais membros sem designação específica, todos com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único.** Os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos lavrados em livro próprio, estando dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. Os diretores deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até a posse de seus sucessores. **Art. 14.º** Representação da Companhia. Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, de acordo com as suas atribuições, e sujeitos ao cumprimento das exigências estabelecidas em lei, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia. **§ 1º** Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, a representação da Companhia compete a 2 (dois) dos Diretores, agindo em conjunto, ou a um diretor e um procurador, agindo em conjunto, desde que o procurador tenha poderes específicos para a prática do ato. **§ 2º** A Companhia poderá, ainda, ser representada por procurador, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos instrumentos de mandato e na extensão dos poderes que contiverem, a serem outorgados por 2 (dois) Diretores, conjuntamente, observados os limites de poderes estabelecidos neste Estatuto Social. Todas as procurações outorgadas pela Companhia, com exceção daquelas outorgadas a advogados para sua representação em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, deverão conter poderes específicos, prazo de validade limitado a 1 (um) ano e indicarão expressamente se será, ou não, permitido o subestabelecimento, com ou sem reservas de iguais poderes. **§ 3º** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, conselheiro, diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social da Companhia, tais como conceder fianças, avais, ou qualquer outra forma de garantia, salvo quando expressamente autorizados por deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Art. 15.º.** Funcionamento e Composição. O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente, o qual poderá ser instalado nos termos da Lei das S.A. ou mediante a solicitação de qualquer acionista neste sentido. Quando deliberada a sua instalação, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral, nos termos da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **Capítulo VI. Liquidação e Apuração de Haveres. Art. 16.º.** Liquidação. A Companhia será dissolvida e liquidada somente nos casos previstos em lei ou mediante deliberação dos acionistas em Assembleia Geral, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral fixará a forma de liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, elegendo seus membros, o qual funcionará durante o período de liquidação, em cada caso, nos termos deste Estatuto Social. **Art. 17.º** A apuração de haveres será realizada, sob qualquer hipótese, pelo seu valor patrimonial contábil apurado mediante o levantamento de um balanço especial da Companhia na data-base correspondente ao ato que lhe der causa, o qual não levará em consideração qualquer perspectiva de rentabilidade futura da Companhia. **Capítulo VII. Lei de Regência. Art. 18.º.** Lei Aplicável. Este Estatuto Social e sua execução deverão ser regulados em todos os aspectos pelas leis da República Federativa do Brasil. **Capítulo VIII. Juízo Arbitral e Foro. Art. 19.º.** Arbitragem. Todo e qualquer litígio relativo a ou proveniente do presente Estatuto Social, incluindo litígios relacionados à existência, validade, eficácia, nulidade, interpretação ou execução de qualquer de suas disposições, deverá ser solucionado conforme as disposições relativas à resolução de conflitos e arbitragem dispostas no Acordo de Acionistas.

North Corp. Holding S.A.

CNPJ/MF nº 43.961.830/0001-98 - NIRE 35.300.579.232

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de novembro de 2025

**I. Data, Hora e Local:** Em 13 de novembro de 2025, às 10 horas, na sede social da **North Corp. Holding S.A.**, localizada na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º andar, Sala 14, Torre B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12.246-870, São José dos Campos/SP (Companhia). **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.), em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **III. Mesa:** **Denis César Correia** – Presidente; e **Patricia Ávila Frenkel Correia** – Secretária. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **i)** o aumento do capital social da Companhia; **ii)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **iii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme disposto no Anexo II do presente instrumento; e **iv)** a autorização aos Diretores da Companhia a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à efetivação das deliberações tomadas acima. **V. Deliberações:** Instalada a Assembleia, foram aprovadas por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: **I)** o aumento do capital social no montante de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), mediante a emissão de 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) novas ações ordinárias, sem valor nominal, sendo estas atribuídas: Ao acionista **Denis César Correia**, vertendo à Companhia as quotas de sua titularidade no capital social da Blue Sea Administração de Bens Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 21.148.469/0001-42, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.228.743.400, sendo estas correspondentes à 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalentes à R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), conforme deliberação tomada por meio da 3ª Alteração ao Contrato Social da Blue Sea Administração de Bens Ltda., registrada na JUCESP em 04.11.2025 sob o nº 388.274/25-6, conforme termos dispostos no Boletim de Subscrição em anexo (**Anexo I**). À acionista **Patricia Ávila Frenkel Correia**, vertendo à Companhia as quotas de sua titularidade no capital social da Blue Sea Administração de Bens Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 21.148.469/0001-42, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.228.743.400, sendo estas correspondentes à 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalentes à R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), conforme deliberação tomada por meio da 3ª Alteração ao Contrato Social da Blue Sea Administração de Bens Ltda., registrada na 04.11.2025 sob o nº 388.274/25-6, conforme termos dispostos no Boletim de Subscrição em anexo (**Anexo I**). Desse modo, o capital social da Companhia passa de R\$ 15.000.000 (quinze mil reais) para R\$ 1.315.000,00 (um milhão trezentos e quinze mil reais), dividido em 1.315.000 (um milhão trezentas e quinze mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **ii)** A alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do aumento do capital social deliberado acima, o qual passa a reger com a seguinte nova redação: "Artigo 5º. O capital social é de R\$ 1.315.000,00 (um milhão trezentos e quinze mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.315.000 (um milhão trezentos e quinze mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Parágrafo Único. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social." **iii)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme **Anexo II** do presente instrumento. **iv)** Autorizar os Diretores da Companhia a realizarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas, assim como assinarem todos os documentos e cumprir todas as formalidades que se façam necessárias, nos termos e condições estabelecidos no presente instrumento e perante todas e quaisquer autoridades governamentais. **VI. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. A presente ata é versão sumária e cópia digital fiel da original lavrada em livro próprio. São José dos Campos/SP, 13 de novembro de 2025. **Mesa:** **Denis César Correia** – Presidente; **Patricia Ávila Frenkel Correia** – Secretária. **Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I** – Da Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º. A North Corp. Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º. A Companhia tem por objeto (i) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, atuando como "holding", (ii) a compra, venda, locação, desmembramento ou loteamento de imóveis próprios, (iii) a administração de bens próprios, (iv) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, (v) serviços combinados de escritório e apoio administrativo correspondentes de instituições financeiras; e (vi) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Parágrafo Único: A Companhia não poderá constituir subsidiárias, salvo deliberação estabelecida neste Estatuto. Artigo 3º. A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º andar, sala 14, torre B, Residencial Aquarius, Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, CEP 12246-870), podendo, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional e no exterior. Artigo 4º. A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II** – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º. O capital social é de R\$ 1.315.000,00 (um milhão trezentos e quinze mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.315.000 (um milhão trezentos e quinze mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Parágrafo Único. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social. Artigo 6º. Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da respectiva deliberação para o exercício de preferência. **Capítulo III** – Da Assembleia Geral. Artigo 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo Segundo. A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. Parágrafo Terceiro. O acionista pode fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"). Artigo 8º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas que representem a maioria absoluta do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco. Artigo 9º. A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as matérias previstas na Lei das S/A e sobre as seguintes matérias, respeitando o quórum qualificado equivalente à aprovação de ações representativas de 75% (setenta e cinco por cento) do capital votante da Companhia: a) a declaração e/ou o pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de lucros pela Companhia, incluindo juros sobre capital próprio, observado o disposto no Capítulo VII do presente Estatuto Social; b) fixação de orientações gerais dos negócios da Companhia; c) eleição e destituição dos Diretores da Companhia e fixação das respectivas atribuições, observado o que a respeito dispuser o presente Estatuto Social; d) fiscalização da gestão dos Diretores, exame, a qualquer tempo, dos livros e documentos da Companhia, bem como solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos; e) qualquer alteração no Estatuto Social da Companhia, observado o disposto no Parágrafo Primeiro abaixo; f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; g) previamente à celebração de todos e quaisquer contratos, cujo valor seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); h) deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a emissão de debêntures, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização, prazo e forma para o exercício do direito de preferência e outras condições da emissão, observado o disposto no Parágrafo Primeiro abaixo; i) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, observado o disposto no Artigo 2º; j) aprovar qualquer fusão, cisão, incorporação e dissolução da Companhia, observado o disposto no Artigo 2º; k) aprovar qualquer fusão, cisão, incorporação e dissolução da Companhia, observado o disposto no Artigo 2º. Parágrafo Terceiro acima. Parágrafo Primeiro. Salvo se houver a deliberação por unanimidade, é vedado aos Acionistas, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as ações que lhe pertencem, bem como prestá-las em caução a outras obrigações ou, de qualquer forma, onerá-las, empenhá-las ou gravá-las. Parágrafo Segundo. Havendo condomínio de ações, os direitos a ele inerentes poderão ser exercidos pelo condomínio representante ou pelo inventariante do espólio de acionista falecido ou, ainda, em caso de procedimento falimentar, extinção ou qualquer outro meio jurídico pertinente, pelo representante legal, seja ele administrador, liquidante ou síndico. Parágrafo Terceiro. Os Acionistas admitem que poderão ser criadas classes diferenciadas de Ações, bem como expressamente autorizam a instituição de usufruto sobre as ações representativas do capital social da Companhia, sendo, todavia, adotado o quórum de instalação e deliberação indicado no Parágrafo Primeiro da Cláusula 9ª retro. **Capítulo IV** – Da Administração. Artigo 10º. A administração da Companhia compete à Diretoria. Artigo 11º – Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias contados das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. Artigo 12º. A Assembleia Geral fixará a remuneração individual de cada Diretor da Companhia. **Capítulo V** – Da Diretoria. Artigo 13º. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Artigo 14º. A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos operacionais. Artigo 15º. A Diretoria é composta por um Diretor Presidente, um Diretor sem designação específica, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Artigo 16º. A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: a) do Diretor Presidente, isoladamente; b) do outro Diretor em conjunto com um procurador; e c) de dois procuradores, em conjunto. Parágrafo Único. As procurações serão sempre outorgadas pelo Diretor Presidente, sendo que estabelecerão os poderes do procurador e não terão prazo de validade superior a 3 (três) anos, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais e as procurações outorgadas em caráter irrevogável e irretroatável, como condição de um negócio bilateral e/ou estipulada no exclusivo interesse do mandatário no âmbito das operações de securitização de direitos creditórios e emissões de títulos e valores mobiliários realizadas pela Companhia, nos termos do artigo 684 do Código Civil. **Capítulo VI** – Do Conselho Fiscal. Artigo 17º. O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. Parágrafo Primeiro. O Conselho Fiscal deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Parágrafo Segundo. O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Capítulo VII** – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 18º. O exercício social terá início 01 de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Artigo 19º. Do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S/A, 25% (vinte e cinco por cento) será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. Parágrafo Primeiro. No exercício social em que a distribuição do lucro for incompatível com a situação financeira da Companhia, o mesmo poderá ser retido, observando-se as disposições dos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei das S/A. Parágrafo Segundo. O saldo de lucros do exercício findo ou dos lucros acumulados ficará à disposição da Assembleia Geral, a qual determinará a sua distribuição no todo ou em parte. Parágrafo Terceiro. Quando todos os acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária concordarem, o dividendo previsto no caput poderá ser dispensado, no todo ou em parte. **Capítulo VIII** – Da Liquidação da Companhia. Artigo 22º. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX** – Das Disposições Finais. Artigo 23º. É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos seus interesses sociais. Artigo 24º. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S/A. **Capítulo X** – Do Foro. Artigo 25º. A Companhia, seus acionistas, Diretores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), elegem o Foro da Comarca de São José dos Campos/SP para dirimir quaisquer questões relacionadas ou oriundas, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disciplinas contidas na Lei das S/A e nesse Estatuto Social. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 435.488/25-9 em 19/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/12/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

